



IMPRENSA E POLÍTICA NO BRASIL: O CASO DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3416

Cássio Augusto Guilherme, UNIFESSPA/UEM

Palavras Chave:

Imprensa; Política;
Estadão.

Resumo

As renovações metodológicas em História Política têm apontado para a importância da imprensa como objeto de pesquisa. Embora reivindique a imparcialidade, ao recortar a complexidade política, social e econômica, diariamente os jornais atuam como máquinas de produção de consensos em torno de uma ideologia e contribuem para a sustentação ou desestabilização de um governo. Este trabalho objetiva apontar algumas discussões metodológicas fundamentais para o uso da imprensa como objeto de pesquisa em História, bem como apresentar estudos já feitos sobre a atuação política e ideológica do jornal *O Estado de S. Paulo (Estadão)* ao longo da república brasileira. Para tanto, pensamos metodologicamente a imprensa como “aparelho privado de hegemonia”, nos termos propostos por Antônio Gramsci, e fazemos uma revisão bibliográfica acrescentada de exemplos pontuais em editoriais do referido jornal. Nos resultados parciais, observamos que o *Estadão* conjuga a defesa da ideologia neoliberal, da meritocracia, possui fortes ligações com o empresariado paulista, se posiciona de maneira contrária às greves e movimentos sociais, ao mesmo tempo que se posta como defensor dos direitos individuais do cidadão. Para fundamentar tais assertivas, discutimos a atuação do jornal em momentos chave da História do Brasil, o que nos permitirá concluir que o jornal atua ideologicamente na tentativa de influenciar a opinião pública.

Introdução, imprensa e política no Brasil

Uma vez que a renovação metodológica das novas pesquisas em História Política tem apontado que o político dialoga com vários aspectos da vida coletiva e não se constitui em um ator separado, este artigo trabalha as narrativas políticas, econômicas e sociais do jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP ou Estadão*) da sua fundação à eleição de 1989. A imprensa como objeto de pesquisa historiográfica dialoga com as renovações em estudos da chamada “nova História Política”, que buscam ampliar as fontes e os métodos de análise. Sabemos que nem sempre a exatidão e a independência dominam os conteúdos dos jornais e seus editoriais, porém é preciso reconhecer que, embora atue na fabricação da opinião pública, a imprensa é “produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações” (BECKER, 2003, p. 196-197). No mesmo sentido, escreve a historiadora Tania Regina de Luca, ao defender as pesquisas nos periódicos, que “as renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2011, p. 128).

Assim, ao ter a mídia como objeto de pesquisa histórica, é necessário analisar: qual a influência da imprensa sobre a formação da opinião pública; se políticos e empresário influenciam e são influenciados pela mídia; qual a contribuição da imprensa para criar um clima favorável ou de crise a um determinado governo ou política pública; quem financia a imprensa; seus vínculos políticos e empresariais (JEANNENEY, 2003). Em tais pesquisas, o olhar do historiador, além de saber como os fatos ocorreram, analisa como esses fatos foram percebidos, noticiados, ressignificados e

narrados pela imprensa. Partimos da premissa de que uma política pública que conte com apoio da imprensa tem mais chances de se sustentar do que uma política pública que receba oposição ostensiva dos meios de comunicação.

A grande imprensa define-se como filiada aos ideais liberais e republicanos, que, com base na liberdade de expressão, teria a responsabilidade social de atuar na fiscalização dos poderes, como um “quarto poder”. Para isso, a imprensa se coloca como alheia aos conflitos sociais, políticos e econômicos ao agir com imparcialidade na observação e denúncia de irregularidades em nome dos interesses de toda a coletividade.

Entretanto pesquisas que têm a imprensa como objeto de análise apontam para as contradições e limites destes ideais propagados pela grande mídia: a atuação como máquinas de produção do consenso do pensamento único às ideias neoliberais e bloqueio de outras formas de pensamento contrárias à teoria liberal; a liberdade de expressão é, na verdade, a liberdade do proprietário do veículo de imprensa ao definir o que será publicado; a fiscalização aos poderes é seletiva; como uma empresa privada que visa ao lucro, depende da venda do produto e do patrocínio de anunciantes, a imprensa não está alheia aos conflitos sociais, políticos e econômico; a alegada imparcialidade em nome dos interesses de toda a coletividade se constitui em disfarce para o caráter ideológico nas narrativas publicadas pela imprensa.

Embora a imprensa possa não ter vínculos com partidos políticos, as pesquisas apontam para a manutenção de vínculos de classe. A grande imprensa brasileira, a partir de meados dos anos 1980, agiu partidariamente na produção de um consenso ideológico neoliberal, enquanto parecia neutra, objetiva e independente aos olhos do leitor. Para ficarmos em alguns exemplos clássicos, conforme sistematizou a pesquisadora Carla Luciana Silva (2014): para Nelson

Werneck Sodré a imprensa é burguesa, pois, desde o início do século XX, direciona-se ao leitor da nova pequena burguesia com o objetivo de formar aliança/consenso ideológico com a grande burguesia. Em sentido próximo, Maria Helena Capelato chama a atenção para a ação pedagógica da grande imprensa, direcionada às classes trabalhadoras na construção de uma visão de mundo ordeira, cívica, patriótica e anticomunista e, em Francisco Fonseca, a imprensa é militante na missão de forjar o consenso aos ideais ultraliberais.

Francisco Fonseca tem um dos trabalhos de referência para os estudos da grande imprensa no Brasil. Ao desnudar a fabricação do consenso forjado em torno da Agenda Ultraliberal entre 1985-1992 na grande imprensa, discute importantes metodologias para pesquisas: a imprensa usa uma linguagem simples, vulgar, dicotômica, em nome de valores supostamente universais e naturais; não há vozes alternativas; os adversários são desqualificados, estigmatizados e hostilizados como atrasados inimigos; pratica a omissões de fatos que desabonam sua narrativa.

Como aponta Fonseca (2005), comumente os editoriais usam o fugidioso conceito de “opinião pública” para legitimar a própria opinião da empresa jornalística. Embora justifiquem suas posições em nome de uma democracia liberal, na prática, não há pluralismo de ideias e debates. Arraigados ao conservadorismo e à reação, em nome de uma suposta liberdade de expressão atuam de forma antiliberal e antidemocrática na defesa da sociedade capitalista, onde a iniciativa privada é vista de forma positiva e os culpados pela crise sempre são o intervencionismo estatal e os movimentos sociais de trabalhadores, grevistas e partidos de esquerda.

As mídias de informação atuam em dois campos que se complementam: o econômico, pois se trata de uma empresa que fabrica um produto a ser

comercializado e que visa ao lucro; e o simbólico, uma vez que seu produto busca participar da construção da opinião pública. O jornal é sempre um mediador que faz a triagem dos acontecimentos antes de publicá-lo na forma de notícia ou opinião. Conforme a historiadora Tania de Luca, “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2011, p. 139).

Assim, é importante buscar quais grupos sociais, políticos e econômicos são destacados nas páginas dos jornais, aí incluídos o seu caráter publicitário; Como os espaços editoriais são utilizados para defender um projeto político e econômico de redução do Estado; Quais propostas a imprensa aponta para a economia brasileira; Se tais propostas foram importantes para a adesão da imprensa no apoio ou crítica a determinado governo ou partido; Qual o peso que a imprensa dá para a cobertura política, a corrupção, os embates partidários no Congresso, as propostas econômicas e sociais dos governos, dentre outros temas.

Os conceitos explicativos elaborados por Antonio Gramsci são fundamentais pontos de partida para pensar a imprensa, como meio eficiente para “organizar e difundir determinado tipo de cultura” (2001, p. 32). Posto que Gramsci entendia a cultura e a ideologia como permeadas por relações de poder, a dominação de uma classe sobre a outra necessitava de uma liderança ideológica e cultural, que construiria a hegemonia via consenso na sociedade civil em disputa. A imprensa é pensada aqui como instrumento da luta de classes no embate ideológico, pois busca influenciar na grande e na pequena política, apontar o rumo, organizar seus leitores de classe média numa educação continuada, pois a reprodução do capital necessita de defensores. Assim, partimos da hipótese de que a imprensa age como “aparelho privado de hegemonia” ou um “partido”,

numa “trincheira” ideológica na “guerra de posições” cujos jornalistas/editores atuam como “intelectuais orgânicos” a serviço dos seus patrões, na busca pelo “consenso” da narrativa pretendida pela empresa jornalística para consolidar-se como “hegemônica”.

O jornal *O Estado de S. Paulo*

Em 1875, ainda no tempo do Brasil Império, é fundado na cidade de São Paulo o jornal A Província de São Paulo, o qual “resultava de uma aliança entre elites rurais e burguesia ascendente. Amparado em sólidos capitais, conjugou ideologia elitista das classes dirigentes com um veio de defesa do cidadão” (ELEUTÉRIO, 2015, p. 88). O jornal inovou nos anúncios publicitários e na venda avulsa pelas ruas da cidade. Segundo Nelson Sodré, “a população achou aquilo um despautério, houve repulsa à iniciativa que levaria à ‘mercantilização da imprensa’” (SODRÉ, 2011, p. 337).

A partir de 1884, o jornal assume posição em defesa da República e pela abolição da escravidão. Em 1890, no período republicano, muda o nome para O Estado de São Paulo. Nos primeiros anos da República a imprensa alinhada admite a hipótese de uma grande conjuração monarquista em Canudos e o jornal mais uma vez inova, mandando Euclides da Cunha como correspondente de guerra. A partir de 1902, Júlio de Mesquita se torna proprietário único do jornal que havia ingressado em 1885 como redator.

Durante o período conhecido como República Velha, o *Estadão* compôs, no campo oposicionista, a chamada “república oligárquica”. Embora Júlio de Mesquita tenha sido integrante da comissão executiva do Partido Republicano Paulista (PRP), sendo deputado estadual, federal, senador, foi apoiador da campanha de Rui Barbosa à presidência e participante ativo da fundação do Partido Democrático (PD).

No contexto da Primeira Guerra, o jornal apoiou a campanha civilista em prol do serviço militar “encarado não apenas sob o ângulo defensivo, mas como escola de civismo, capaz de resolver os problemas nacionais” (ELEUTÉRIO, 2015:95). Durante a Guerra, circulou uma versão vespertina chamada de Estadinho com notícias do front, recebidas via telégrafo.

Os grandes veículos de imprensa emprestaram apoio à Aliança Liberal em 1930, entre eles está o *OESP*. Embora o jornal mantivesse linha editorial liberal, sua “fidelidade flutuava ao sabor das circunstâncias e diminuía sensivelmente diante de riscos efetivos de transformações sociopolíticas mais profundas” (LUCA, 2015, p. 162). O *Estadão* apoiou, por exemplo, o movimento dito Constitucionalista de 1932 em São Paulo contra o governo Vargas, o que não o impediu de apoiar reformas constitucionais ante o “perigo comunista”, “mal maior” a ser evitado.

Na Ditadura do Estado Novo varguista, em março de 1940 a sede do jornal é invadida por militares, é expropriado e permanece sob intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A família Mesquita exila-se e só retoma o controle do jornal com o fim do Estado Novo em 1945. A intervenção de Vargas no *Estadão* deixou marcas profundas no jornal que, nos anos seguintes, se oporá a tudo que lembre as políticas “populistas” de Vargas e aos políticos do PTB e aliados. Ainda conforme a bibliografia existente, *O Estado de São Paulo* aderiu ao grupo que tentou impedir a posse de Getúlio Vargas como presidente eleito em 1951.

Dois dias antes do suicídio de Getúlio Vargas, o *Estadão* pedia em editorial “a renúncia do presidente” apoiada pelas “corporações mais respeitadas, as vozes mais autorizadas, a opinião pública do país. Tudo que há de sadio e desinteressado nesse País é pela

renúncia”¹. Interessante notar que, nas reportagens sobre o momento político do país, o jornal geralmente se refere a Vargas como “ex-ditador” e não como presidente. O mais interessante é a edição do dia seguinte ao suicídio de Vargas ser publicada sem nenhuma comoção sobre o assunto, chamada de capa ou grandes repercussões. Há sim, editorial que enfatiza já estar formado o novo governo liderado pelo vice Café Filho e que seria obrigação de todos os partidos e brasileiros que “raciocinam, que amam a sua terra e que detestam a exploração do homem pelo homem”² o apoio ao novo presidente.

Na véspera da eleição presidencial de 1955, o editorial do *Estadão* é claro exemplo de posicionamento como “partido”. O candidato Juarez Távora, da UDN seria “de todos, o único que inspira confiança [...] homem em que se pode confiar e que nunca nos poderá surpreender com alianças inqualificáveis como a que alguns candidatos celebraram com os comunistas”. Embora Távora tenha em sua aliança eleitoral a presença do PSB, o jornal finaliza seu editorial dizendo que “o eleitor precisa votar no general Juarez Távora”³.

Não satisfeito em vangloriar o candidato udenista, o *Estadão* também usa seu espaço editorial para desqualificar os adversários. A chapa JK e Jango (PSD-PTB) é descrita pelo jornal como “capazes de toda sorte e conluios [...] mancomunados com os comunistas [...] dar-lhes o Brasil é preparar futura guerra civil por ódios de classe para cuja difusão tem vocação especial o ex-ministro do Trabalho”.

Ressentido pela derrota eleitoral, dias depois e ainda em clima de decepção, o jornal comentou o chamado “golpe

preventivo”, liderado pelo Marechal Lott, que assegurou, meses depois, a posse dos eleitos. No jornal pró-UDN, o ato foi considerado um “indiscutível atentado à Constituição” e que, ao Parlamento, “faltou também a necessária coragem” para resistir⁴. Quando na eleição seguinte, em 1960, o jornal caracterizava a herança dos cinco anos de governo JK como “a leviandade, a inconsistência, a falta de senso moral”⁵.

O *Estadão* avaliou a campanha de Jânio Quadros (PTN), apoiado pela UDN como “harmoniosa e ascendente”, enquanto a de Teixeira Lott (PSD) apoiado pelo PTB como “inglória propaganda comuno-nacionalista”⁶. Quanto à disputa pela vice, o jornal se precipita em comemorar os resultados parciais que apontariam a derrota de Jango (PTB): “o proletariado manifestou nas urnas o seu repúdio pelo sr. Jango Goulart” que receberia “o merecido castigo pelas desilusões resultantes de suas falsas promessas aos trabalhadores”. A família Mesquita não perdoa o Varguismo e completa que a esperada vitória de Milton Campos (UDN) para vice “tem significado simbólico de uma inapelável condenação: a de Jango Goulart como herdeiro do ideário estadonovista”⁷.

A eleição de Jânio Quadros representaria “vitória da democracia” e a “derrota do nacionalismo”⁸. Quando ficou certa a vitória de Jango à vice-presidência, muito devido à grande votação nos estados do norte e nordeste, o *Estadão* publicitou todo o seu desprezo à população dos rincões brasileiros e a desqualificou “pelo caráter social das populações que lhe conferiam, a vitória”, serem, segundo o jornal, “os menos indicados para refletirem o seu prestígio

1 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 22-08-1954 – p.03.

2 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 25-08-1954 – p.03.

3 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1955 – p.03.

4 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 13-11-1955 – p.04

5 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1960 – p.03.

6 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1960 – p.03.

7 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 05-10-1960 – p.03.

8 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 06-10-1960 – p.03.

político”⁹.

Apreensivo, no dia seguinte à surpreendente renúncia de Jânio Quadros, o jornal já expressa a sua decepção com a constitucionalidade da posse de seu desafeto João Goulart. Para evitar isso, escreve confiar que as Forças Armadas “saberão, com certeza, preservar o Brasil dos golpes que as forças subversivas [...] se esforçarão por desfechar contra a democracia e a dignidade nacional”¹⁰.

Ante o impasse criado sobre a constitucional posse de Jango na presidência, o *Estadão* faz incrível malabarismo para justificar a mudança da Constituição para impedir sua posse. Após pedir a “desistência espontânea” do sucessor, o *Estadão* diz que é dever do Congresso “lançar mão do recurso constitucional de uma reforma imediata da nossa Carta Magna” para aprovar uma emenda que “retirasse ao vice-presidente da República o direito de suceder ao presidente” o que “ficaria assim a salvo a Constituição e o regime”¹¹.

Ao perceber o plebiscito de 1963 devolveria os poderes constitucionais ao presidente Goulart, o *OESP* não deixa de deslegitimar o pleito. Segundo o jornal, haveria ambiente de indiferença da população, e várias denúncias de fraude eleitoral não dariam ao resultado “expressão da vontade popular”, principalmente pelo “deficiente grau de instrução e politização das populações do interior do Brasil”¹². Confirmada a derrota do parlamentarismo, como de costume, o jornal exagera ao dizer que o Brasil passará a viver “dentro de uma ditadura [...] estamos em pleno regime do ‘Estado Novo’”¹³.

O jornalista Carlos Chagas, testemunha daqueles anos, aponta Júlio de Mesquita Filho como um dos artífices do golpe de 1964, “metido até o pescoço na

conspiração” (CHAGAS, 2014, p. 43), junto com Roberto Marinho do jornal *O Globo*, onde trabalhava. Sobre a atuação do *Estadão* no movimento que golpeou a democracia e depôs o presidente João Goulart em 1964, aponta a pesquisa de Maria Aparecida de Aquino:

Acompanhando-se os editoriais de *OESP* no período que antecede imediatamente ao golpe de 1964, observa-se o tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart [...] conclamando a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído [...] *OESP* não somente apóia o golpe, mas encara-o como viva aspiração nacional. (AQUINO, 1999, p. 42).

Segundo interpretação benevolente da mesma pesquisadora, a linha editorial liberal e de intervenção política do jornal é “teoricamente justificável nos moldes do liberalismo lockeano”, nos quais o poder do governante “é outorgado pelos membros da sociedade, podendo ser revogado pela insurreição destes, caso as autoridades cometam o abuso do mando” (AQUINO, 1999, p. 39). Assim, no contexto de Guerra Fria, o jornal entendia que as propostas de Reformas de Base do presidente João Goulart, bem como suas aproximações com setores da esquerda política e sindical, representavam abuso de poder e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos e justificariam a rebelião armada contra o governante.

Lendo os editoriais do *Estadão*, é possível confirmar a tese de Maria de Aquino sobre o tom alarmista do jornal em relação a Jango. Porém nossa hipótese é que o tom exagerado não diz respeito apenas ao governo João Goulart, mas sim

9 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 11-10-1960 – p.03.

10 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 26-08-1961 – p.03.

11 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 29-08-1961 – p.03.

12 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 05-01-1963 – p.03.

13 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 08-01-1963 – p.03.

ao getulismo e trabalhismo que ele representa. No editorial que comemora o “significado maior de uma vitória”, está clara a tese do *Estadão*:

“o triunfo alcançado está a dizer-nos que, finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava.

Só os espíritos ingênuos ou apressados podem admitir que o 29 de outubro de 1945 assinalou a queda real da ditadura implantada no país por Getúlio Vargas. Esse ocaso do totalitarismo estadonovista foi apenas aparente [...]

Tão lamentável estado de coisas veio a prolongar-se até 1961. Nessa data, regia, porém, a democracia brasileira, num movimento empolgante de toda a nacionalidade infelizmente sustado em plena ascensão pela covarde renúncia do sr. Jânio Quadros [...] o poder caiu nas mãos do discípulo dileto do ditador morto [...] [agora] sorriu a democracia, terminando o embate com o esmagamento completo, e desta vez definitivo do Estado Novo”¹⁴.

No vácuo de poder estabelecido após a derrubada de João Goulart, os editoriais do *OESP* mostram a preocupação sobre os “rumos da Revolução”. Na visão do jornal, caso as “velhas raposas” do Congresso consigam o controle do novo governo a se formar, este seria posto, em 1965, “a serviço da candidatura de quem? Do sr. Juscelino Kubistchek. Voltaríamos assim à estaca zero”, o que comprova nossa hipótese acima. No mesmo texto, o jornal comemora o fato de os setores militares terem lançado a “candidatura” do general Castelo Branco¹⁵.

Dois temas são recorrentes nos editoriais dos primeiros dias pós-Golpe. Primeiro, de forma clara ou subliminar, o jornal propaga a narrativa de que toda a população brasileira e a opinião pública aplaudem o movimento que depôs Jango. Segundo, o *OESP* incita “que o futuro governo leve às últimas consequências a operação de limpeza reclamada pela opinião pública brasileira em todos os setores do Estado, sobretudo nas duas Casas do Congresso”¹⁶. Em linguagem beligerante, o jornal se comporta ideologicamente ao propagar a “necessidade de erradicação total” dos “soviets da Petrobrás”, da “UNE com dinheiro de Praga”, a “decapitação da hidra vermelha”¹⁷.

O *Estadão* usa de grande malabarismo retórico e juridiquês para aplaudir a decretação do primeiro Ato Institucional “que o povo brasileiro na sua totalidade aplaude e subscreve, tal o espírito da medida e juridicidade que dele emana”¹⁸. A votação no Congresso que “escolheu” o general Castelo Branco como “presidente” foi avaliada como “legítima”, “admirável”, “uma conquista nacional”¹⁹.

Nos primeiros anos do governo de Castelo Branco, o jornal o apoiou e, em certos momentos, até pediu a “ampliação da Revolução” para que ocorressem mais cassações de políticos considerados subversivos e corruptos, especialmente o ex-presidente JK. No final de outubro de 1965, um editorial forte do *OESP* acusava o governo de “conservar em banho-maria esta Revolução meio anêmica [...]. O País está cansado de tibiezas, de hesitações e subterfúgios”, cujo maior erro foi não ter decretado “estado de sítio” para fazer mais rapidamente a “limpeza” para “desembaraçar a vida política nacional”,

14 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-04-1964, p.03.

15 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 04-04-1964, p.03.

16 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 10-04-1964 – p.03.

17 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 04-04-1964 e 11-04-1964 – p.03.

18 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 11-04-1964 – p.03.

19 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 12-04-1964 – p.03.

esperada pelos “revolucionários”. O *Estadão* então pede “um segundo Ato Institucional”²⁰. O jornal aplaude o AI-2: “revolucionários que somos, admitimos o recurso a medidas de exceção”, ante a “impossibilidade de atingir pela via ‘legalista’ os objetivos que haviam sido a própria razão de ser do Movimento”. Apesar disso, ao final do editorial de conagração, admite que “essas medidas de exceção [...] representam uma faca de dois gumes”, pois há, no Ato, dispositivos perigosos que podem “abrir o caminho para a ditadura”²¹.

Os problemas do *O Estado de S. Paulo* com a Ditadura começam com a apreensão do jornal, dentre outros periódicos, nos dias 13 e 14 de dezembro de 1968, no contexto do Ato Institucional nº 5. O editorial “Instituições em frangalhos” irritou os militares. No texto, o jornal credita a “vitória de 64” a toda coletividade e não apenas às Forças Armadas, que alijaram os civis do governo. Os excessos dos militares são qualificados como “a ditadura militar que vivemos desde 1964”, e o jornal aponta para a desagregação institucional com a edição de mais um Ato Institucional. Para Maria de Aquino, “O abuso do poder pelos chefes da nação, usurpando os direitos naturais dos homens, constitui o fundamento da oposição de *OESP*; em ambos os casos [contra Jango e contra o AI-5], de base liberal” (AQUINO, 1999, p. 53).

Poucos foram os jornais que ficaram sob censura prévia da Ditadura. O *OESP* foi um deles. Em 1972 o jornal preparava uma reportagem especial sobre anistia, na qual constariam falas dos ex-presidentes ainda vivos e monitorados pelo SNI, que tentou convencer a direção do jornal a não publicar a matéria. O *Estadão* se negou e no dia 03 de setembro de 1972 o jornal foi ocupado pelos censores. Até janeiro de 1975 foram 1.136 matérias censuradas, no todo ou em parte, sobre questões políticas, sociais,

econômicas, educacionais e internacionais, número considerável delas assinadas pelo jornalista Carlos Chagas (AQUINO, 1999). É popular a estratégia de resistência adotada pelo *OESP* em publicar receitas de bolos e poesias, em especial *Os Lusíadas* do poeta português Luís de Camões, para preencher os espaços vazios que seriam deixados pelas matérias censuradas.

O jornalista Carlos Chagas, que trabalhou no *O Estado de S. Paulo* na quase totalidade dos anos de Ditadura, escreveu recentemente que o jornal da família Mesquita “é o melhor lugar para se trabalhar quando há ditadura, mas fica apenas conservador quando vem a democracia” (CHAGAS, 2015, p. 11), recolhendo-se às suas contradições ideológicas e políticas. Tais contradições do *OESP* são perceptíveis no processo de redemocratização analisado por Francisco Fonseca (2005).

O jornal vê a transição não apenas sob o aspecto político, mas principalmente econômico. Embora tenha sido censurado pela Ditadura, o *Estadão* defende a incolumidade dos militares, o “não revanchismo” contra as Forças Armadas, que seriam o esteio moral garantidor da ordem no processo de transição.

Segundo Fonseca (2005), os editoriais do *OESP* defendem a tese de que a intervenção do Estado na economia produz déficits públicos que geram inflação. Na visão ideológica do jornal, a culpa pela crise é do Estado e nunca dos empresários. No papel de “partido do Capital”, o jornal busca continuamente influenciar o governo, propõe um “ajuste fiscal”, controle dos gastos públicos, cortes em orçamentos sociais e nos salários do funcionalismo, retorno do país ao FMI, desregulamentação da economia com abertura irrestrita ao capital internacional. Quando do Congresso Constituinte, o *Estadão* concitava o

20 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 27-10-1965 – p.03.

21 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 28-10-1965 – p.03.

empresariado a fazer lobby junto aos parlamentares do “Centrão” contra o avanço das pautas sociais e trabalhistas.

Abusando da linguagem beligerante, o jornal postou-se contra diversos direitos trabalhistas como a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade, a licença paternidade e o aumento do valor da hora extra, vistos como catastróficos à produção, pois desestimularia o Capital e geraria desemprego. É importante observar posição do jornal em relação ao direito de greve. Há ojeriza às greves, às organizações de trabalhadores e às ideologias à esquerda. Vê a CUT e o PT como grandes inimigos rotulados de “dinossauros ideológicos”. Na visão militante pró-empresarial, o *Estadão* vê todas as greves como inoportunas, político-ideológicas, ilegais, causadoras de prejuízos, atentatórias à ordem pública e a um suposto consenso da população contra os grevistas. Além disso, as greves deveriam ater-se às questões salariais e jamais os sindicatos e trabalhadores estariam aptos a meterem-se em assuntos políticos ou econômicos.

Como apontamos em outro trabalho (GUILHERME, 2016), a grande imprensa toda perfilou-se contra a candidatura de Lula (PT) em 1989, em explícito apoio a Collor (PRN). A título de exemplo, destacamos três editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*: afirma que os petistas são adeptos à “mentalidade do ressentimento, da vingança mesquinha, da intolerância e da truculência”²²; que Lula irá “colocar a questão da reforma agrária em termos tais que se transforma num ‘convite para incendiar o campo’”²³; após dizer que a vitória do PT representaria colocar o Brasil fora do mundo moderno, pois seus radicais seriam adeptos de regimes totalitários (o *Estadão* “se

esquece” que o jornal deu apoio ao golpe de 1964 que instaurou a Ditadura no Brasil), diz textualmente que “a posição do bom senso e do patriotismo recomenda que se vote no respeito à Constituição que hoje é encarada pelo sr. Fernando Collor de Mello”²⁴. No dia do segundo turno, o *Estadão* chegou a seus leitores com editorial pedindo para “votar na revolução liberal”²⁵, pretensamente, representada por Collor.

Considerações finais

Pelos exemplos acima, podemos corroborar as conclusões de Francisco Fonseca (2005) sobre a grande imprensa brasileira e sobre o *OESP* em particular. Ao longo de centenária história, é possível observar a militante atuação política, claramente a favor dos partidos à direita e das alternativas econômicas liberais ou neoliberais. O jornal da família Mesquita caracteriza-se por defender posições liberais na economia, mas amalgamadas com ideias conservadoras e tradicionalistas, próximas ao positivismo, quando o assunto é a organização da sociedade civil, especialmente os trabalhadores. Há ênfase numa democracia restritiva, ou seja, vigorosa defesa da “ordem” quando os conflitos sociais questionam os interesses do Capital, uma plutocracia onde haja liberdade ao Capital e legislação autoritária para reprimir os trabalhadores que a questionem.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento**. Baurur: Edusc, 1999.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história**

22 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 15/11/1989 – p. 3

23 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 26/11/1989 – p. 3.

24 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 14/12/1989 – p. 3.

25 Jornal *O Estado de S. Paulo* – 17/12/1989 – p. 3.

política. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e a longa noite dos generais (1970-1985).** Rio de Janeiro: Record, 2015.

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe (1964-1969).** Rio de Janeiro: Record, 2014.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (vl.2).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUILHERME, Cássio Augusto. **A eleição de 1989: direita x esquerda.** Revista Urutágua, n. 43, novembro de 2016.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In:

RÉMOND, René (org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica.

SILVA, Carla Luciana e RAUTENBERG, Edina. **História e imprensa: estudos de hegemonia.** Porto Alegre: FCM editora, 2014.

SILVA, Juremir Machado da. **1964 – Golpe midiático-civil-militar.** Porto Alegre: Sulina, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Porto Alegre: Edipuc RS, 2011.